



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/
AM

Apresentação: 05/11/2024 13:51:52.753 - MESA

RIC n.4100/2024

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Capitão Alberto Neto)

Requer do Ministro da Previdência Social, Senhor Carlos Luppi, informações a respeito da atualização cadastral no CadÚnico.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que seja encaminhado ao Ministro da Previdência Social, Senhor Carlos Luppi, informações a respeito da atualização cadastral no CadÚnico.

- 1) Como está a atualização cadastral em números no estado do Amazonas?
- 2) Como estão sendo feitas as convocações para atualização?
- 3) Quais procedimentos o Ministério está adotando para não incorrer no cancelamento do benefício erroneamente?

Justificativa

Milhares de inscritos no Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), enfrentam o risco de perder a renda de até um salário mínimo. Isso pode ocorrer se os beneficiários não realizarem o cadastramento ou não atualizarem seus dados no Cadastro Único dos Benefícios Sociais (CadÚnico).

Entre as 640,7 mil pessoas notificadas por terem dados desatualizados há mais de 48 meses, apenas 71,2 mil reconheceram a notificação. Outras 73,1 mil atualizaram suas informações. Isso significa que 517,5 mil



* C D 2 4 9 6 8 2 7 9 7 7 0 0 *



Câmara dos Deputados
Gabinete do Deputado Capitão Alberto Neto – PL/
AM

beneficiários não tiveram conhecimento da notificação e não compareceram ao Cras.

As consequências podem ser graves. O BPC destina-se a idosos a partir de 65 anos e a pessoas com deficiência que vivem em famílias consideradas carentes. Para receber o benefício, a renda mensal por pessoa na família deve ser de até um quarto do salário mínimo.

Sendo a fiscalização uma das funções típicas do legislador, faz-se necessária a aprovação deste requerimento de informações para obtenção de dados suficientes a respeito da atuação do Poder Executivo, a fim de se assegurar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar medidas para que sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

Termos em que pede deferimento.

Brasília, 05 de novembro de 2024.

CAPITÃO ALBERTO NETO
DEPUTADO FEDERAL
PL/AM

